



## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO – RETIFICAÇÃO EXERCÍCIO 2014

A Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz, entidade jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.628.107/0001-89, com sede no SCS - Quadra 04 - Bloco A - Brasília/DF, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 34.692-6, em atendimento à Resolução Normativa - RN Nº 290, de 27 de fevereiro de 2012, nos termos do seu Anexo I, vem apresentar o Relatório da Administração referente ao exercício de 2014, vem, respeitosamente, por meio de seu Presidente, infra assinado, na forma das normas estatutárias e regimentais em vigor, apresentar a Retificação do Relatório de Administração em decorrência de análises dos saldos contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que foi identificada rubricas contábeis não conciliadas e com saldos materiais. Em máxima síntese, foi constituído força tarefa para conciliação a ser adotada para ajustar os saldos contábeis e viabilizar a redução das ressalvas apontadas pela auditoria externa no que tange ao exercício findo de 2014, bem como a estrutura da equipe de apoio à execução do projeto para ajustar os saldos contábeis de acordo com as operações da Fundação Assefaz e viabilizar a redução de fatos ressalvados pela Auditoria Externa, os quais foram levantados pelas empresas Sallus Contabilidade e BDO. Com a conclusão dos trabalhos da Força Tarefa, foi disponibilizado para Auditoria Externa a composição e os documentos suporte, que subsidiaram os reais valores das rubricas apontadas anteriormente.

A Fundação ASSEFAZ tem por finalidade prestar assistência aos servidores do Ministério da Fazenda e seus dependentes, podendo ser estendida aos servidores de outros órgãos da administração pública direta e indireta mediante convênios ou contratos firmados com os órgãos ou com as entidades associativas a que pertençam os servidores, bem como, em caráter coletivo, com entidades privadas.

A área de atuação em que mais se destaca é a de assistência à saúde, através da oferta de diversificados Planos de Saúde na modalidade de autogestão, com mais de 83 mil beneficiários em todo o Território Nacional, e uma vasta rede credenciada, com aproximadamente 13 mil prestadores, entre hospitais, clínicas, laboratórios em todo o território nacional.

A área social da Fundação Assefaz contempla 32 Centros de Lazer, sendo 19 Clubes e 13 Colônias de Férias, distribuídos em diversas capitais e municípios em todo o Território Nacional.

As Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício 2014, foram Retificadas e concluídas, conforme anexos, com parecer favorável da auditoria externa contratada, a BDO RCS Auditores Independentes, tal como determina o Estatuto, o Regimento Interno e as previsões legais pertinentes.

### POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE SUPERÁVIT E REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

Conforme previsto no Estatuto, a Fundação Assefaz é uma instituição beneficente, filantrópica, cultural e recreativa que tem por finalidade principal operar Planos Privados de Assistência à Saúde, bem como, prestar outros serviços assistenciais aos seus beneficiários, como a disponibilização de centros de recreação e de lazer, concessão de empréstimos, concessão de auxílios funeral e de natalidade, atividades culturais e pedagógicas e programas de qualidade de vida. A Fundação Assefaz, por ser uma entidade sem fins Lucrativos, não possui política de distribuição de Lucros. O superávit do período é totalmente destinado à composição do Patrimônio Social da empresa. Em virtude de a natureza jurídica ser fundacional, não são feitas reorganizações societárias e/ou alterações de controle (nem direto, nem indireto).

### PERFORMANCE NO EXERCÍCIO DE 2014

Por necessário, com o fito de conferir maior compreensão a este relatório, é adequado lembrar que 2014 iniciou com a Fundação mergulhada num quadro de extrema gravidade institucional, financeira e organizacional, com efeitos diretos no próprio funcionamento da Fundação.

Muitas e diferentes dificuldades exigiram da equipe de gestão e do corpo de colaboradores, imaginação e coragem, além de muito esforço, dedicação e comprometimento.

Com a estratégia de ação desenhada pela presidência interina do Dr. Carlos Viriato de Sousa Lima, em setembro de 2013, quando se inicia esta gestão, demos continuidade e cumprimento aos objetivos colimados, recsubstanciados na recuperação financeira da Fundação e na normalização de suas rotinas operacionais.

Os resultados exibidos neste relatório comprovam que a recuperação financeira da Fundação, felizmente, foi alcançada. Ao encerrar o ano de 2014, a ASSEFAZ apresenta reservas totais de R\$ 70,6 milhões e nenhuma dívida conhecida de anos anteriores pendente com seus fornecedores e prestadores.

Não é demais lembrar que, não obstante o resultado positivo obtido nos 90 dias da gestão interina, setembro/dezembro, iniciamos o exercício de 2014 com um déficit de R\$ 25,4 milhões.

O setor de tecnologia da informação da Assefaz, entretanto, segue se constituindo em verdadeiro "calcanhar de Aquiles" desta gestão.

Desde a sua implantação e entrada em operação, a 1º de abril de 2013, a informática da Fundação não tem conseguido atender a contento as demandas que lhe são direcionadas.

Aqui é adequado fazer um breve histórico.

Adquirido com o objetivo de substituir os já exauridos sistemas então em operação na Casa, o ERP (Enterprise Resource Planning), denominado sistema Protheus, da TOTVS, passou pelo período de customização e demais etapas típicas de mudança de sistema, que durou o tempo considerado adequado pelos gestores da época.

Como sabemos, o esforço feito, desde a aquisição até o ponto em que se considerou o sistema em condições de entrar em operação efetiva, frustrou todas as expectativas.

Em 1º de abril de 2013, por decisão dos gestores da época e a concordância da área técnica da Casa e dos fornecedores do Protheus, os chamados sistemas legados foram desligados. A partir de então, todas as operações da área de saúde e dela decorrentes, passaram a funcionar no Protheus.

Instalou-se o caos operacional na Fundação, cujos prejuízos ainda estão em apuração. Desde o balcão de atendimento ao membro beneficiário até o pagamento das mensalidades no banco, via débito em conta ou por boleto, passando pelas operações de faturamento e de gestão de glosas e execução dos pagamentos à rede prestadora, todas as operações enfrentaram severas disfunções que lhes comprometeram a eficácia, a presteza e a exatidão.

Ao início do ano de 2014, a gestão deliberou no sentido de resgatar a operação dos sistemas legados, medida que devolveu uma razoável normalidade operacional à Casa, da Superintendência Executiva às unidades estaduais e locais, embora com as falhas existentes em suas operações.

Com os sistemas legados novamente em operação, é importante informar que o Protheus não foi jogado na lata do lixo. Muito pelo contrário. Seu desenvolvimento continuou e a expectativa é que, quando finalmente resolvidas as suas deficiências, entre em funcionamento paralelo com os sistemas legados.

Esse desdobramento na área de informática, em que se resgatou os sistemas antigos para substituir o Protheus e a decisão de insistir no desenvolvimento de suas funções, foi decisão que avaliou todos os cenários possíveis, em que se considerou, inclusive, a aquisição de outro sistema e abandono do Protheus.

Tais avaliações, relevando os aspectos técnicos, operacionais e financeiros, levaram à conclusão adotada pelos gestores. Ou seja, em conjunto com a TOTVS, fornecedora do ERP Protheus, continuamos a trabalhar na correção de suas disfunções.

Nessa empreitada, já houve avanços consideráveis, mas o final de 2014 nos encontra ainda longe de obter do Protheus a performance prometida desde a sua aquisição.

O esforço continua, afinal, uma organização do porte da Fundação Assefaz, com a complexidade e volume de suas operações, depende fundamentalmente de um sistema informatizado, um ERP capaz de apoiar o seu funcionamento.

Partir para um novo sistema, hipótese que chegou a ser considerada, nos remeteria a uma situação de desfecho imprevisível. Se hoje, a apoiar as operações administrativas e de saúde, contamos com dois sistemas (Legado e Protheus), com mais um e todo o processo de customização necessário, a possibilidade de complicar ainda mais nossa área de informática e, via de consequência, a Fundação como um todo, é consequência indesejada e de alto risco.

Ou seja, até que o sistema Protheus atinja, finalmente, sua maturidade funcional, seguiremos, infelizmente, a enfrentar toda sorte de dificuldades para cumprir nossas obrigações. Desde a gestão de despesas de saúde ao controle financeiro e contábil das nossas operações.

Tal situação, como é possível concluir, exige de toda a equipe da Fundação dedicação e esforço extras, como forma de suprir as deficiências e atingir os objetivos de cada setor.

Com tudo isso, 2014 foi um ano de grandes conquistas para a Fundação Assefaz.

A maior de todas as conquistas, sem dúvida, foi a recuperação financeira da Assefaz, tendência, aliás, notada já ao final do exercício de 2013. Conforme já mencionado anteriormente, saímos de um déficit contábil de R\$ 25,4 milhões em 2013 para um superávit contábil de R\$ 11,8 milhões em 2014 e de um acúmulo de R\$ 48,9 milhões para R\$ 70,6 milhões, em reservas financeiras totais.

Tal conquista assume maior relevo quando se considera que a recuperação financeira se apoiou unicamente em melhoria da gestão das operações da Casa. Não houve empréstimos bancários de qualquer natureza, tampouco, calote em nossos credores (prestadores e fornecedores) ou ofensa aos direitos trabalhistas do nosso quadro de colaboradores.

Aliás, a melhoria da gestão é processo contínuo e verdadeira obsessão desta gestão.

Vencida a crise e consolidada a recuperação financeira da Fundação, poderemos, enfim, ao lado da melhoria dos processos de trabalho, nos dedicar de modo mais efetivo às atividades sociais e ações de qualidade de vida com foco nos nossos membros beneficiários, usuários ou não dos planos de saúde.

Dentro das possibilidades da Fundação e por meio de parcerias com entidades públicas e privadas, buscaremos desenvolver projetos de promoção de saúde e de prevenção de riscos e doenças, utilizando, prioritariamente, nossas instalações de lazer e esporte.

Muito já foi feito, muito há a fazer.

As projeções feitas para o exercício de 2015, podemos constatar que estão sendo atingidas, e até superadas.

Esses resultados nos anima a todos. Entretanto, muito ainda há o que se fazer.

Enfim, resgatar as nossas melhores tradições de promoção de bem estar e qualidade de vida voltada para os nossos membros beneficiários é objetivo que devemos nos dedicar daqui para frente.

### NEGÓCIOS SOCIAIS E INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO DE 2014

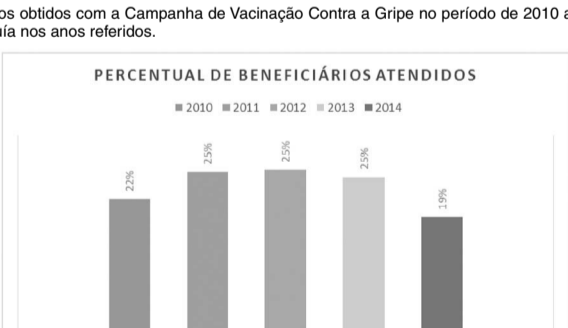
A prevenção primária é uma das estratégias presente na gestão da Fundação Assefaz, com destaque para ações como campanhas e programas voltados para o bem estar e a Qualidade de Vida dos Membros Beneficiários. Em 2014 foram realizadas as seguintes campanhas: Campanha Assefaz de Prevenção e Orientação DST/AIDS, Campanha contra a Dengue, Campanha de Vacinação contra Gripe, Semana Nacional de Saúde, Campanha Outubro Rosa e Novembro Azul, das quais destacamos abaixo.

#### CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE

A campanha é realizada pela Fundação Assefaz desde 2001 e tem por objetivo tratar de forma preventiva a doença, reduzindo os riscos de complicações associadas à gripe e os custos dela decorrentes.

A 14ª Campanha Assefaz de Vacinação Contra Gripe ocorreu no período de 12 a 17/05/2014 em todas as Gerências Estaduais e em todos os Postos de Atendimento. Foram vacinados 16.788 membros beneficiários e o custo total foi na ordem de R\$ 791.169,00.

Segue abaixo a síntese dos resultados obtidos com a Campanha de Vacinação Contra a Gripe no período de 2010 a 2014, em relação ao quantitativo de vidas que a Fundação Assefaz possuía nos anos referidos.



Fonte: Controle Gerencial GNPS.

#### CAMPANHA OUTUBRO ROSA

Pelo terceiro ano consecutivo, a Fundação Assefaz realizou a campanha "Outubro Rosa", apoiando o movimento mundial que objetiva chamar atenção para a realidade do câncer de mama, para a importância da prevenção e para o diagnóstico precoce da doença.

Considerando-se que cada localidade possui suas particularidades, as Gerências e Postos de Atendimento da Fundação Assefaz definiram sua programação e suas atividades realizadas na campanha, conforme estrutura, porte e quantitativo de beneficiários.

A campanha "Outubro Rosa" realizada pela Fundação foi um grande evento de saúde, realizado em parceria com os prestadores credenciados e parceiros comerciais. Nessa oportunidade foram realizadas diversas atividades, tais como: caminhadas, massagens terapêuticas e prestação de serviço de saúde abrangendo orientação referente à realização do autoexame das mamas, palestras educativas, aferição da pressão arterial, medição da glicemia, alimentação saudável, estímulo à prática de atividade física, entre outros, contribuindo para a promoção da saúde da "família assefaziana".

#### SEMANA NACIONAL DE SAÚDE

A Semana Nacional da Saúde é realizada pela Assefaz desde 2009. No ano em comento, a ideia central foi comemorar o "Dia do Servidor Público" (28 de outubro) com ações educativas, estimulando novos hábitos para melhorar a saúde dos membros beneficiários e servidores fazendários (membros institucionais), por meio da realização de eventos com a participação de diversas especialidades médicas.

#### CAMPANHA NOVEMBRO AZUL

No mês de novembro a Fundação Assefaz voltou a chamar atenção da "família assefaziana" sobre o câncer de próstata.

As Gerências Estaduais realizaram atividades, tais como: caminhadas, palestras com urologistas, aferição de pressão, medição de glicemia, café da manhã e blitz de saúde com distribuição de material educativo doado pela Secretaria de Saúde, visando alertar os homens sobre a importância da prevenção e detecção precoce da doença.

Importante registrar que a Fundação Assefaz realiza as atividades alusivas às campanhas em parceria com os prestadores de serviços da rede credenciada e da Rede de Vantagem da Fundação, primando pela redução de custos.

#### PROGRAMAS DE QUALIDADE DE VIDA

Em 2014, a Fundação ASSEFAZ disponibilizou em três estados - Rio Grande do Sul, Bahia e Maranhão - três programas sociais de qualidade de vida, incluindo convênios para utilização de clubes recreativos para os membros beneficiários, conforme tabela a seguir:

Convênios e Programas de Qualidade de Vida para os Membros Beneficiários			
Programa/Convênio	Gerência	Número de Beneficiários	Objetivo
Convênio com Clubes	GE/RS	217	Promover o lazer para os membros beneficiários para adoção de estilos de vida ativa, socialização, integração, melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento do vínculo com a Fundação.
	GE/RS	26	
	GE/BA	25 famílias	
Ginástica Laboral	GE/RS	64	Promover a formação do hábito da prática lúdica da atividade física, visto que a ginástica laboral contribui para a adoção de estilos de vida ativa, socialização, melhoria da qualidade de vida do trabalhador e o fortalecimento do vínculo com a Fundação.
	GE/RS	37	
Terapia Ocupacional	GE/MA	29	Realizar um programa de intervenção terapêutica ocupacional para os membros beneficiários visando à melhoria e/ou a manutenção, reabilitação dos aspectos físico funcionais, favorecendo o equilíbrio e a harmonia na vida dos mesmos.
<b>Total</b>		<b>398</b>	

Fonte: Controle Gerencial GNPS (2014).

#### PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE

Os programas de consistem na realização da promoção de saúde e prevenção de doenças e riscos.

A equipe atua com a auditoria das contas médicas dos atendimentos domiciliares, auxiliando as equipes das Gerências Estaduais quanto ao melhor ajuste do planejamento assistencial dos beneficiários elegíveis, prestando apoio técnico-científico e gerando controle e regulação dos atendimentos. Participa, ainda, da elaboração das ações educativas.

O Programa PAISaúde – Programa de Atenção Integral à Saúde, está em atividade desde agosto de 2010, de acordo com a Resolução nº 032/2010, emanada pelo Conselho de Administração desta Fundação. A modelagem do PAISaúde engloba um conjunto de ações voltadas para a promoção de saúde e da qualidade de vida dos beneficiários, assim como para a prevenção de doenças e agravos. Contém ainda quatro subprogramas, que atende às finalidades específicas e possuem registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, a saber: PAID e PAIC. Abaixo segue detalhamento de cada um desses subprogramas.

##### Zelar Internação Domiciliar (PAID - Programa de Assistência e Internação Domiciliar)

Registro ANS Ofício 223/2013/GNOA/GGRASI/DIPRO/ANS - em plena atividade, tem como público alvo os beneficiários oriundos de internação hospitalar que ainda dependem de assistência especializada e recursos tecnológicos para sua reabilitação.

##### Zelar Assistência Domiciliar (PAIC – Programa de Atenção Integral aos Crônicos)

Registro ANS Ofício 222/2013/GNOA/GGRASI/DIPRO/ANS - em plena atividade, tem como público alvo os beneficiários que apresentam patologias que limitam sua mobilidade os impedem de ir aos serviços disponíveis na rede credenciada da Assefaz para realizarem os tratamentos seriados de fisioterapia, fonologia, terapia ocupacional e psicoterapia. O PAIC ainda prevê o acompanhamento clínico de um médico monitor de doentes crônicos para traçar as ações preventivas e globais a cada caso.

#### PERSPECTIVAS E PLANOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015

##### PRINCIPAIS METAS PARA 2015

No intuito de fortalecer os controles, organizar os fluxos e definir suas estratégias a Fundação Assefaz busca para o exercício de 2015 dar continuidade na gestão de melhoria nos processos.

Na **gestão de processos** as metas estabelecidas para o ano de 2015 são:

Aprimorar o processo de centralização do recebimento das receitas, com consolidação das informações geradas pelas Gerências Estaduais;

Melhoria da comunicação do sistema corporativo da Fundação com o Portal do beneficiário, permitindo a realização das alterações cadastrais dos membros beneficiários e possibilitando o acesso aos relatórios financeiros dos de cobrança.

Na implantação sistêmica no controle do estoque.

Visando a educação continuada dos seus colaboradores será implementado o Projeto Educação para o Futuro, sem custo adicional para a Fundação.

Para a **Gestão Financeira** a Fundação Assefaz buscará:

O melhor controle dos beneficiários inadimplentes para cobrança das mensalidades e das contribuições mensais, elevando assim a liquidez da Fundação.

Desenvolver junto as gerências projetos para aumentar a frequência e receita gerada nas unidades sociais.

Revisão dos contratos das unidades, visando a redução de despesas, avaliação do tarifário dos serviços oferecidos, análise do quadro de pessoal, convênio com outras instituições para o uso das unidades e fomento a excursões para as sedes sociais.

Medidas administrativas de forma a realizar novas captações de reservas financeiras, a fim de atender obrigação legal junto a Agência Reguladora – ANS.

Quanto a **Gestão de Tecnologia**, durante o ano de 2015, a Gerência de Tecnologia da Informação dará prosseguimento às ações previstas nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento.

Para a infraestrutura tem como meta:

✓ A segregação de ambiente de laboratório, desenvolvimento, homologação e produção;

✓ Aplicar princípios de gestão de mudanças;

✓ Diminuição da complexidade da infraestrutura; e

✓ Implantação de monitoramento preventivo

Para garantir a continuidade dos Serviços de TI:

✓ Implantar solução de Backup em disco

✓ Melhoria do ambiente físico do Data Center e aumento de sua capacidade;

✓ Substituição de equipamentos e softwares obsoletos; e

✓ Melhoria na segurança.

Para a área de desenvolvimento tem como metas os Projetos de:

✓ Projeto de migração TOTVS/Assefaz;

✓ Projeto Versionamento;

✓ Projeto Business Intelligence (BI);

✓ Projeto modelagem de dados;

✓ Projeto EPC – escopo, prazo e custo – iniciação a projetos; e

✓ Programa capacitação.

A longo prazo a Gerência de Tecnologia da Informação tem como projeto a implantação de programa de melhoria continuada e programa de gestão por desempenho e competência, com valorização de talentos.

#### ADMINISTRAÇÃO

### Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
	Ref. ANS	Nota	2014	2013		Ref. ANS	Nota	2014	2013
<b>CIRCULANTE</b>	12		<b>131.269</b>	<b>99.326</b>	<b>CIRCULANTE</b>	21		<b>150.165</b>	<b>136.133</b>
<b>Disponível</b>	121	4.1	<b>292</b>	<b>726</b>	<b>Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde</b>	211	10	<b>136.828</b>	<b>105.893</b>
<b>Realizável</b>	122+123+124+125+126+127+128+129		<b>130.977</b>	<b>98.600</b>	Provisões de Prêmios / Contraprestações	21111901+21112901		27.808	20.452
<b>Aplicações Financeiras</b>	122		<b>70.604</b>	<b>48.899</b>	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	211119021+211129021		156	218
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	1221	4.2	51.374	40.845	Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais	21111903+21112903		60.906	40.879
Aplicações Não Vinculadas	1222	4.1	19.230	8.054	Provisão para Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	21111904+21112904		47.957	44.344
<b>Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde</b>	123	5	<b>54.561</b>	<b>45.970</b>	<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>	213		<b>962</b>	<b>55</b>
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a Receber	1231		51.741	45.737	Contraprestações / Prêmios a Restituir			953	45
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	1233+1239		2.820	233	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	2132		7	7
<b>Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Oper.</b>	124		<b>418</b>	<b>15</b>	Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	2138		2	3
<b>Créditos Tributários e Previdenciários</b>	126		<b>49</b>	<b>49</b>	<b>Débitos de Operações de Assistência à Saúde</b>			<b>322</b>	<b>-</b>
<b>Bens e Títulos a Receber</b>	127	6	<b>4.563</b>	<b>3.446</b>	<b>Provisões</b>			<b>19</b>	<b>-</b>
<b>Despesas Antecipadas</b>	128		<b>782</b>	<b>221</b>	<b>Tributos e Encargos Sociais a Recolher</b>	216	11	<b>5.059</b>	<b>5.256</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	13		<b>51.762</b>	<b>54.519</b>	<b>Débitos Diversos</b>	218	12	<b>6.975</b>	<b>24.929</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	131		<b>4.347</b>	<b>5.869</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos e Créditos a Receber	1314		140	140	<b>Provisões</b>	23		<b>5.694</b>	<b>2.362</b>
Depósitos Judiciais e Fiscais	1317	13	4.207	5.729	Provisões para Ações Judiciais	235		<b>5.694</b>	<b>2.362</b>
<b>Investimentos</b>	132	7	<b>8.003</b>	<b>7.919</b>		23532	13	5.694	2.362
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial	1321		1.464	1.266	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Outros Investimentos	13214+13215+13231+13241+13281		6.539	6.653	Capital Social	251		40.763	40.763
<b>Imobilizado</b>	133	8	<b>35.042</b>	<b>36.407</b>	Déficits do Exercício	256		(13.593)	(25.415)
Imóveis de Uso Próprio	1331		21.973	22.366	Ajuste de Avaliação Patrimonial			2	2
Imobilizado de Uso Próprio	1332		7.582	8.318					
Imobilizações em Curso	1333/1337		3.917	3.736					
Outras Imobilizações	1334/1339		1.570	1.987					
<b>Intangível</b>	134	9	<b>4.370</b>	<b>4.324</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>183.031</b>	<b>153.845</b>				<b>183.031</b>	<b>153.845</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>77.908</b>	<b>16</b>	<b>-37.145</b>	<b>40.779</b>
Transferência para Patrimônio Social	(37.145)	-	37.145	-
Reclassificação de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(16)	-	-
Superávit ou Déficit do Exercício	-	-	(25.415)	(25.415)
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	2	-	2
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>40.763</b>	<b>2</b>	<b>(25.415)</b>	<b>15.350</b>
Transferência para Patrimônio Social	-	-	-	-
Reclassificação de Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Superávit ou Déficit do Exercício	-	-	11.822	11.822
Ajustes Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>40.763</b>	<b>2</b>	<b>(23.775)</b>	<b>27.172</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações do superávit/déficit - Exercício findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

<b>Demonstração de Resultado do Exercício</b>				
<b>Demonstração do superávit / déficit</b>	<b>Ref. ANS</b>	<b>Nota</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contraprestações Efetivas de Operações Com Planos de Assistência à Saúde Líquidas	<b>31+321</b>		<b>552.799</b>	<b>492.837</b>
A Fundação tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, prestar assistência aos servidores do Ministério da Fazenda e seus dependentes, estendida aos servidores de outros órgãos da Administração Pública Direta e Indireta mediante convênios ou contratos firmados com os órgãos ou com as entidades associativas a que pertençam os servidores, bem como, em caráter coletivo, com outras entidades privadas.	<b>31</b>		<b>552.799</b>	<b>492.837</b>
Contraprestações Líquidas	311		552.799	492.837
Eventos Indenizáveis Líquidos	<b>41</b>		<b>(483.142)</b>	<b>(443.594)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados	411		(479.530)	(438.167)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	414		(3.612)	(5.427)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST. À SAÚDE</b>			<b>69.657</b>	<b>49.243</b>
Outras Receitas Operac. de Assist. à Saúde Não Relac.c/ Pl de Saúde da OPS	332		<b>67.272</b>	<b>20.291</b>
Receitas Operações de Assistência Médico-Hospitalar	33211		5.824	1.888
Outras Receitas Operacionais	33218	16	61.448	18.403
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assist. à Saúde	<b>441</b>		<b>(10.625)</b>	<b>(15.364)</b>
Outras Despesas Operacionais com Planos de Assist. à Saúde	4413		(5.197)	(2.729)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	4419		(5.428)	(12.635)
Outras Despesas Operac. de Assist. à Saúde Não Relac.c/ Pl de Saúde da OPS	<b>442</b>		<b>(4.490)</b>	<b>(5.657)</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>			<b>121.814</b>	<b>48.513</b>
Despesas de Comercialização	43		-	(40)
Despesas Administrativas	46	15	(117.429)	(79.237)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>35-45</b>	<b>17</b>	<b>5.274</b>	<b>3.261</b>
Receitas Financeiras	35		7.180	4.337
Despesas Financeiras	45		(1.906)	(1.076)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>36-47</b>		<b>2.163</b>	<b>2.088</b>
Receitas Patrimoniais	36	18.1	2.163	2.207
Despesas Patrimoniais	47	18.2	-	(119)
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>			<b>11.822</b>	<b>(25.415)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

<b>Demonstrações de Resultados Abrangentes</b>				
	<b>2014</b>	<b>2013</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.822</b>	<b>(25.415)</b>		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	2	2		
<b>RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>11.824</b>	<b>(25.413)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**  
(Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**

A Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – Fundação ASSEFAZ - é uma sociedade de direito privado, com sede em Brasília, no Distrito Federal.

A Fundação tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, prestar assistência aos servidores do Ministério da Fazenda e seus dependentes, estendida aos servidores de outros órgãos da Administração Pública Direta e Indireta mediante convênios ou contratos firmados com os órgãos ou com as entidades associativas a que pertençam os servidores, bem como, em caráter coletivo, com outras entidades privadas.

A área de atuação em que mais se destaca é a de assistência à saúde, através da oferta de diversificados Planos de Saúde na modalidade de autogestão. Esta área atende a mais de 90 mil beneficiários em todas as unidades da Federação. A área social da Fundação, por sua vez, conta com 33 centros de Lazer, sendo 20 clubes e 13 colônias de férias, distribuídos no em vários Estados da Federação, cumprindo a função de propiciar bem estar e qualidade de vida aos seus membros beneficiários.

Ao longo do exercício de 2014 a administração da Fundação Assefaz deu continuidade às ações estratégicas iniciadas ao final do ano anterior quando assumiu a atual gestão da Fundação. Medidas estratégicas de cunho financeiro, para contenção de despesas foram tomadas, tais como, cobrança e negociação de débitos a receber não liquidados, planejamento e execução de orçamento mais restrito com acompanhamento sistemático, ainda, aliado à gestão de processos e informação. Estas medidas foram das principais ações no ano que resultaram no equilíbrio financeiro e resultado superavitário da Fundação.

O gráfico a seguir demonstra o resultado por trimestre (valores em milhões):



Em 2014, os saldos das aplicações financeiras aumentaram fortemente devido aos atos de gestão praticados para a recuperação da Assefaz. O ativo garantidor também necessitou de atualização, pois a aplicação do percentual exigido pela ANS é sobre as despesas totais de saúde. Considerando que estas sofreram forte elevação, as reservas foram complementadas representando acréscimo do ativo garantidor no montante de R\$ 6 milhões.

A rentabilidade dos investimentos aplicados nas reservas garantidoras (ANS) nos últimos 12 meses chegou a 10,54%, mensalmente o mesmo chega a um patamar de 98,45% do CDI no mês de dezembro de 2014.

A rentabilidade dos investimentos aplicados nas reservas livres nos últimos 12 meses chegou a 10,76%, mensalmente o mesmo chega a um patamar de 101,43% do CDI no mês de dezembro de 2014.

A reserva de caixa resultante das referidas ações combinadas proporcionou relevante regularização de débitos pendentes junto a Fornecedores de Saúde e Administrativos, como resultado, melhorando, assim, os índices de liquidez na ANS.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

**2.1. Declaração de conformidade**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico de Contabilidade, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conforme adotado no Brasil por meio de aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ou seja, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), observando as normas aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a Interpretações Técnicas Gerais – ITG 2002 (Entidade sem Finalidade de Lucros). As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela administração no dia 29 de janeiro de 2016.

**2.2. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo;
- O passivo de provisões técnicas.

**2.3. Moeda funcional**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2.4. Demonstração do fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método direto partindo das informações contábeis, em conformidade com as instruções contidas no Comitê de Pronunciamento Contábil nº 3 (CPC 3).

**3. Principais práticas contábeis adotadas**

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**3.1. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas e em qualquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 5:** Créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota Explicativa nº 8:** Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 10:** Provisões técnicas de operações de assistência à saúde;
- **Nota Explicativa nº 13:** Provisões para ações judiciais.

**3.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites previamente conhecidos.

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado e os ganhos e perdas decorrentes da avaliação a mercado são reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido, respectivamente.

**3.3. Instrumentos financeiros**

**Classificação e mensuração**

A Entidade classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado**

Os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são instrumentos financeiros não derivativos mantidos para negociação ativa e frequente e créditos de operações com planos de assistência à saúde. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

**Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos ou passivos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo ou passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos ou passivos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

**Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento**

São basicamente os instrumentos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, quando existentes, estes instrumentos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras.

**Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Entidade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Entidade.

A Entidade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

**3.4. Crédito de operações com planos de assistência à saúde**

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida segundo critérios definidos pelo órgão regulador, pelo total dos créditos de clientes com algum título vencidos há mais de 60 dias, tratando-se de pessoas físicas; e a totalidade dos créditos de clientes com títulos vencidos há mais de 90 dias, tratando-se de cliente pessoa jurídica e créditos com outras operadoras de planos. Para os demais créditos a receber esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das operações a prazo definidas contratualmente. Tal taxa é compatível com a natureza, prazo e riscos de transações similares em condições de mercado.

**3.5. Contraprestações pecuniárias a receber**

São registradas e mantidas no balanço e pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e apropriados à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde, pelo seu período de cobertura. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para os planos coletivos. A administração da Fundação revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução da inadimplência de sua carteira.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) PELO MÉTODO DIRETO / 2014**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimento de Planos Saúde	556.084	472.993
Outros Recebimentos Operacionais	12.105	35.929
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(459.162)	(465.229)
Pagamento de Comissões	(113)	(40)
Pagamento de Pessoal	(47.443)	(43.689)
Pagamento de Pró-Labore	-	-
Pagamento de Serviços Terceiros	(5.758)	(510)
Pagamento de Tributos	(19.504)	(13.767)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(2.688)	(2.526)
Pagamento de Aluguel	(1.467)	(1.457)
Pagamento de Publicidade/Propaganda	(40)	(21)
Outros Pagamentos Operacionais	(16.495)	(11.881)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>15.519</b>	<b>(30.198)</b>

<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Hospitalar	931	-
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado – Outros	10	-
Recebimento de Venda de Investimentos	-	-
Recebimento de Dividendos	184	-
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	-	(3.287)
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(958)	(1.442)
Pagamento Relativos ao Ativo Intangível	-	-
Pagamento Relativos ao Ativo Diferido	(61)	(905)
Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	-	-
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>106</b>	<b>(5.634)</b>

<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Integralização de Capital	-	-
Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	-
Títulos - Descontados	-	-
Juros de Aplicações Financeiras	-	-
Resgate de Aplicações Financeiras	351.933	38.247
Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	-
Pagamento de Juros – Empréstimos/Financiamentos	-	-
Pagamento de Amortização – Empréstimos/Financiamentos	-	-
Pagamento de Participação nos Resultados	-	-
Aplicações Financeiras	(367.991)	(2.478)
Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(16.058)</b>	<b>35.769</b>
<b>VARIACÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(434)</b>	<b>(63)</b>
<b>CAIXA/BANCOS – Saldo Inicial</b>	<b>726</b>	<b>789</b>
<b>CAIXA/BANCOS – Saldo Final</b>	<b>292</b>	<b>726</b>
<b>Aumento Líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(434)</b>	<b>(63)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	<b>726</b>	<b>789</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	<b>292</b>	<b>726</b>
<b>Financeiras - Recursos Livres</b>	<b>(434)</b>	<b>(63)</b>

(As Notas Explicativas integram o conjunto das Demonstrações Contábeis)

Sallus Assessoria Contábil Ltda	
CRC-PR 006407/O-3	
João Dias Neto	Superintendentes Executivo
Tiago da Silva Oliveira	CPF: 050.273.061-72
Contador	
CRC/PR - 063671/O-6	
CPF: 015.859.730-33	

**3.6. Depósitos Judiciais**

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Entidade.

**3.7. Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações contábeis da controladora. Após a aplicação do método de equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Entidade determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Entidade cada uma de suas controladas. A Entidade determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Entidade calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controladora e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Os demais investimentos da Entidade estão apresentados pelo seu custo de aquisição, eventualmente reduzidos ao valor recuperável.

**3.8. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**  
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**ii. Depreciação**  
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Entidade obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas estão descritas na Nota Explicativa nº 8.

**3.9. Intangível**

**Softwares**

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada em dez anos. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Entidade e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas

4.2. Vinculadas a provisões técnicas

	2014	2013
Aplicações Renda Fixa - Banco do Brasil	38.847	29.341
Aplicações Renda Fixa - Caixa Econômica Federal	12.527	11.504
	<b>51.374</b>	<b>40.845</b>

Parte das reservas livres foi destinada à ampliação do valor do fundo garantidor (item 3.2), que saiu de R\$ 40.845 em 31 de dezembro de 2013 atingindo a R\$ 51.374 em 31 de dezembro de 2014. Foi depositado R\$ 6 milhões nas reservas garantidoras, que, acrescido dos juros da aplicação financeira, adequou a reserva exigida pela ANS quanto ao ativo garantidor da Fundação ASSEFAZ.

5. Crédito de operações com plano de assistência à saúde

Neste item está a posição em 31 de dezembro de 2014 dos valores a receber dos beneficiários dos planos de saúde da Fundação ASSEFAZ:

	2014	2013
Mensalidades a receber médico hospitalares	72.689	61.538
Mensalidades a receber odontológico	111	84
Participação dos beneficiários a receber	543	272
Outros créditos oper. Planos de Assist.	4.896	2.156
	<b>78.239</b>	<b>64.050</b>
PPSC Mensalidades a receber médico hospitalares	(21.169)	(15.867)
PPSC Mensalidades a receber odontológico	(38)	(18)
Participação de beneficiários em eventos	(395)	(58)
PPSC Outros créditos oper. Planos de Assist.	(2.076)	(2.137)
	<b>(23.678)</b>	<b>(18.080)</b>
	<b>54.561</b>	<b>45.970</b>

6. Bens e títulos a receber

	2014	2013
Estoques - centros de lazer	12	23
Aluguéis a receber	132	72
Adiantamento a funcionários	264	248
Adiantamentos fornecedores	312	1.202
Contribuição mensal a receber	2.608	1.428
Diárias centros de lazer	592	232
Mensalidade creches	249	243
Valores com lanchonetes e restaurantes	74	75
Outros valores a receber - centros de lazer	38	7
Seguros a receber	88	56
Convênios UTI vida a receber	91	127
Outros convênios a receber	102	456
Empréstimos a receber	1	1
Valores a receber – transferências	-	30
(-) PPSC sobre outros bens e títulos	-	(754)
	<b>4.563</b>	<b>3.446</b>

7. Investimentos

	2014	2013
Drogaria Vitabel (a)	1.340	1.142
Hotéis e restaurantes ASSEFAZ	124	124
Imóveis destinados a renda (b)	6.409	6.523
Outros Investimentos (c)	130	130
	<b>8.003</b>	<b>7.919</b>

- a) O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, com participação da Fundação ASSEFAZ em 99,99% da Drogaria Vitabel;  
b) Imóveis destinados a Renda estão registrados pelo valor de aquisição líquido da depreciação acumulada, os encargos de depreciação estão sendo apurados com base na vida útil efetiva dos bens, conforme laudo técnico elaborado por empresa especializada, consoante às disposições estabelecidas no CPC 28 – Propriedades para Investimentos. A administração da Entidade desconhece qualquer evidência que requeira ajuste relevante para perda por conta de redução do valor de recuperação dos mencionados ativos (CPC 01);  
c) Outros investimentos são representados por participação em cooperativas de crédito, cujo investimento é avaliado ao método de custo, também por Obras de Arte e Títulos de Clube.

	Saldo em 31.12.2013	Saldo em Adições	Baixas	31.12.2014
<b>Custo corrigido</b>				
Investimentos Drogaria Vitabel	1.142	699	501	1.340
Investimentos hotéis e restaurantes ASSEFAZ	124	-	-	124
Terrenos	3.512	-	-	3.512
Outras edificações	4.702	-	-	4.702
Outros investimentos - Obras de arte	12	-	-	12
Outros Investimentos - Títulos de clubes	109	-	-	109
Outros Investimentos – CREDEFAZ	8	-	-	8
	<b>9.609</b>	<b>699</b>	<b>501</b>	<b>9.807</b>
	<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>Saldo em Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31.12.2014</b>
<b>Depreciação</b>				
Outras Edificações	(1.690)	(114)	-	1.805
	<b>(1.690)</b>	<b>(114)</b>	-	<b>1.805</b>
	<b>7.919</b>	<b>585</b>	<b>501</b>	<b>8.003</b>

8. Imobilizado

	Taxa	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2014
<b>Custo corrigido</b>					
Bens não hospitalar					
Terrenos	0	12.186	-	-	12.186
Edificações	10%	20.064	-	-	20.064
Salas	3%	3.923	-	-	3.923
Instalações	10%	1.485	-	-	1.485
Máquinas e equipamentos	10%	1.767	7	-	1.774
Material	10%	18	-	-	18
Computadores e periféricos	20%	6.204	15	-	6.219
Software operacional	20%	762	-	-	762
Móveis e utensílios	10%	3.538	5	-	3.543
Veículos	10%	1.333	5	-	1.338
Obras em andamento	0%	3.735	208	(27)	3.916
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	4.500	-	-	4.500
Jazigos	0%	549	-	-	549
		<b>60.064</b>	<b>240</b>	<b>(27)</b>	<b>60.277</b>
		<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31.12.2014</b>
<b>Depreciação acumulada</b>					
Bens não hospitalar					
Edificações	10,0%	(11.713)	(322)	-	(12.035)
Salas	2,5%	(2.092)	(70)	-	(2.162)
Instalações	10,0%	(401)	(40)	-	(441)
Máquinas e equipamentos	10,0%	(701)	(59)	-	(760)
Material	10,0%	(7)	(1)	-	(8)
Computadores e periféricos	20,0%	(3.670)	(263)	-	(3.933)
Software operacional	20,0%	(401)	(111)	-	(512)
Móveis e utensílios	10,0%	(1.215)	(109)	-	(1.324)
Veículos	10,0%	(342)	(186)	-	(528)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10,0%	(3.062)	(417)	-	(3.479)
Veículos não hospitalares	0,0%	(53)	-	-	(53)
		<b>(23.657)</b>	<b>(1.578)</b>	-	<b>(25.235)</b>
		<b>36.407</b>	<b>(1.338)</b>	<b>(27)</b>	<b>35.042</b>

9. Intangível

	Taxa	Saldo em 31.12.2013	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2014
<b>Custo corrigido</b>					
Aplicativos e softwares	20%	6.664	46	-	6.710
Marcas comerciais	20%	1	-	1	-
		<b>6.665</b>	<b>46</b>	-	<b>6.711</b>
		<b>Saldo em 31.12.2013</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Saldo em 31.12.2014</b>
<b>Amortização acumulada</b>					
Aplicativos e softwares	20%	(2.341)	-	-	(2.341)
		<b>(2.341)</b>	-	-	<b>(2.341)</b>
		<b>4.324</b>	<b>46</b>	-	<b>4.370</b>

10. Provisões técnicas

	2014	2013
Provisões de prêmios/contraprestações (a)	27.761	20.452
Provisões de prêmios/contraprestações (b)	47	47
Provisão de Eventos / Sinistros a Liquidar para o SUS	156	-
Provisão de eventos a liquidar - médico – hospitalar (c)	60.828	40.624
Provisão de eventos a liquidar – odontológico	79	426
PEONA - médico – hospitalar (d)	47.957	44.344
PEONA – Odontológico (e)	-	-
	<b>136.828</b>	<b>105.893</b>

- a) Provisões de prêmios e contraprestações não ganhas referentes a receitas geradas em 2014 de competência a período subsequente, as quais serão reconhecidas no resultado no mês de cobertura do plano de saúde;  
b) Provisões de prêmios e contraprestações não ganhas referentes a receitas geradas em 2014 de competência a período subsequente, as quais serão reconhecidas no resultado no mês de cobertura do plano odontológico;  
c) São provisões para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador, beneficiário ou SUS (Sistema Único de Saúde) no momento da apresentação das cobranças às operadoras;  
d) O valor total da Provisão para Eventos ocorridos e Não Avisados PEONA da operadora em dezembro de 2014 de acordo com os critérios estabelecidos no art. 16 da RN 209/09, é de R\$ 47.957;  
e) A Fundação ASSEFAZ não constituiu PEONA para eventos odontológicos por não ser exigida pelo órgão regulador.

11. Tributos e encargos sociais a recolher

	2014	2013
INSS a recolher – patronal	2.120	-
FGTS a recolher	181	267
PIS a recolher – folha	44	41
Contribuição sindical a recolher	208	2
IRRF – folha	-	227
IRRF – terceiros	261	265
ISS a recolher	474	-
CSLL a recolher	-	723
COFINS a recolher	128	-
PIS a recolher	23	-
INSS a recolher	-	10
INSS a recolher – folha	744	1.022
Contribuições retidas	-	-
Impostos retidos	-	356
Provisão INSS cooperativas	876	2.343
	<b>5.059</b>	<b>5.256</b>

12. Débitos diversos

	2014	2013
Obrigação com pessoal (a)	6.071	5.904
Prestadores convênio reciprocidade a pagar	-	310
Convênios - fornecedores a pagar	-	13
Fornecedores (b)	333	6.648
Doc.' devolvidos (c)	-	3.084
Programas assistenciais e culturais	315	2.062
Depósitos de beneficiários e culturais não identificados (d)	44	6.726
Outros débitos a pagar	212	182
	<b>6.975</b>	<b>24.929</b>

- a) Obrigações com pessoal referente à folha de pagamento e provisões trabalhistas;  
b) Fornecedores de despesas administrativas;  
c) Valor referente a transferências devolvidas e não identificadas a baixa no financeiro;  
d) Entrada de numerários nos extratos bancários não identificados a origem de receita do recebimento.

13. Provisões para contingências

Nas datas das demonstrações contábeis, a Entidade apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2014	2013	2014	2013
Contingências eventos e sinistros	197	-	-	-
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.243	1.945	520	523
Reclamações cíveis	1.767	3.784	5.174	1.839
	<b>4.207</b>	<b>5.729</b>	<b>5.694</b>	<b>2.362</b>

A movimentação da provisão no exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	2.362
Adições	-	3.332
Baixas	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	<b>5.694</b>

13.1. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

- A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:  
• **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas diferenças salariais, reclamações de 13º salário, horas extras entre outros;  
• **Ações cíveis:** as principais ações estão relacionadas a reclamações de beneficiários alegando danos morais e materiais, atendimento fora da rede credenciada entre outras inconsistências na prestação de serviço do plano de saúde.

13.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Entidade tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2014	2013
Cíveis	1.383	4.719
Trabalhistas	227	712
	<b>1.610</b>	<b>5.431</b>

14. Patrimônio líquido

O Patrimônio social inicial da Entidade, acrescidos dos superávits, déficits e dos ajustes de avaliação patrimonial apurados anualmente representam o Patrimônio Social da Fundação em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 16.989 mil. Em 31 de dezembro de 2013 este valor era de R\$ 15.350 mil.

15. Despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com pessoal próprio (a)	(56.030)	(59.040)
Despesas com serviços de terceiros (b)	(4.939)	(6.119)
Despesas com localização e funcionamento (c)	(17.324)	(11.175)
Despesas com publicidade e propaganda	(2)	(113)
Despesas com tributos	(652)	(466)
Despesas administrativas diversas (d)	(38.482)	(2.324)
	<b>(117.429)</b>	<b>(79.237)</b>

- a) Folha de pagamento, benefícios, cursos, viagens e outros gastos com colaboradores;  
b) Prestadores de Serviços (vigilância, honorários advocatícios e consultoria, terceirização para mão-de-obra temporária);  
c) Gastos com aluguel, água, luz, telefone, conservação e limpeza, material de expediente, despesas bancárias, malotes, fretes, manutenções em geral, depreciação e amortização;  
d) Gastos com publicações, despesas judiciais, assinaturas de periódicos, serviços gráficos, comemorações e festividades, entre outros.

16. Outras receitas operacionais

	2014	2013
Contribuição mensal – saúde	12.902	11.954
Contribuição mensal - social	15	1.885
Recuperação de despesas	330	213
Outras receitas operacionais	50.596	1.481
(-) Deduções	(108)	(473)
Receitas social	3.537	3.343
	<b>67.272</b>	<b>18.403</b>

17. Resultado financeiro

	2014	2013
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	7.171	4.159
Receitas por recebimento em atraso	3	173
Receitas de ajuste a valor presente	-	-
Outras receitas	6	5
	<b>7.180</b>	<b>4.337</b>

Despesas financeiras

Juros e multas sobre pagamentos prestadores	(29)	(6)
Despesas de ajuste a valor presente	-	(1)
Juros sobre tributos em atraso	-	(20)
Juros e multa - Pagamentos em atraso	-	(2)
Imposto de Renda sobre aplicações financeiras	(1.091)	(1.011)
IOF sobre aplicações financeiras	(345)	(24)
Despesas bancárias	(441)	(12)
	<b>(1.906)</b>	<b>(1.076)</b>
	<b>5.274</b>	<b>3.261</b>

18. Resultado patrimonial

	2014	2013
<b>18.1. Receita patrimonial</b>		
Receita com aluguel de imóveis para renda	518	2.013
Resultado de equivalência patrimonial	699	192
Ganho da venda de investimentos	-	-
Ganho da venda de Imobilizado	946	2
	<b>2.163</b>	<b>2.207</b>

Referente a receitas de atividades não relacionadas a atividade de planos privados de assistência à saúde.

18.2. Despesas patrimoniais

	2014	2013
Serviços de vigilância - imóveis para renda	-	(3)
Serviços de conservação e limpeza	-	(3)
Manutenções prediais e limpeza	-	(3)
IPTU - imóveis para renda	-	(4)
Condomínio - imóveis para renda	-	(83)
Energia - imóveis para renda	-	(1)
Outras despesas imóveis para renda	-	(4



## RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS Demonstrações CONTÁBEIS

### Aos Administradores e Conselheiros da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - ASSEFAZ

#### Brasília - Distrito Federal

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (ASSEFAZ ou Fundação)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis Livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Base para opinião com ressalva

Conforme Nota Explicativa nº 8, o saldo do ativo imobilizado constituído pela Fundação, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades, registrado no ativo não circulante está representado por R\$ 35.042 mil, em 31 de dezembro de 2014. Nossos exames indicaram uma divergência não conciliada entre os controles auxiliares analíticos e o saldo contábil no montante de R\$ 3.023 mil relativo a valor de imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, a Administração da Fundação não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar Se: (i) o referido ativo imobilizado será recuperado em sua totalidade, em atendimento ao requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 01) e Conselho Federal de Contabilidade e, (ii) realizou a revisão da vida útil econômica dos bens requerido pelo CPC 27 - Ativo imobilizado. Dessa forma, não foi possível mensurar possíveis reflexos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014.

Conforme Nota Explicativa nº 21, a Fundação apurou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ajustes decorrentes de retificação de erros correspondentes a exercícios anteriores que foram reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, não foram retificadas as

demonstrações contábeis dos exercícios anteriores, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, identificar os períodos em que cada ajuste deveria ter sido apresentado. Adicionalmente, a comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício de 2014 com as do exercício de 2013 está prejudicada pela não adoção do referido pronunciamento Técnico.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

Chamamos a atenção para Nota Explicativa nº 18.1, que apresenta receitas não relacionadas às atividades de planos privados de assistência a saúde, contrariando as determinações da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A ASSEFAZ recebeu ofício no exercício de 2012 do órgão regulador determinando a segregação jurídica das atividades de planos privados de assistência a saúde de outras atividades alheias a operações de planos privados de assistência saúde, a Entidade fica sujeita ao cancelamento do registro provisório e alienação da carteira de planos privados de assistência a saúde. Até a conclusão dos nossos trabalhos não tivemos conhecimento de maiores ações dos órgãos competentes quanto a este assunto.

#### Outros assuntos

#### Remissão do relatório dos auditores Independentes

Em 21 de agosto de 2015 emitimos relatório de auditoria, com ressalva em função dos seguintes assuntos: i) divergência operacional contábil na Rubrica “BB Gerenciais” no montante de R\$1.144 mil, ii) divergência operacional contábil na Rubrica “Patronal a receber” no montante de R\$ 13.185 mil, iii) divergência operacional contábil na Rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais” no montante de R\$ 4.050 mil, iv) Divergência não conciliada no ativo imobilizado de R\$ 3.023 mil, não realização de teste de recuperabilidade e avaliação da vida útil do ativo imobilizado, v) divergência operacional contábil na Rubrica “Fornecedores a Pagar” e “Patronal - SPA” no montante de R\$ 8.061 e R\$ 8.008 respectivamente e ausência de composição financeira auxiliar da Rubrica “Valores a pagar - Transferência” e “Fornecedor Social a pagar” que possuíam o montante de R\$ 2.039, vi) ausência de composição financeira auxiliar da Rubrica “Contraprestações/Prêmios a Restituir” registrada montante de R\$ 5.026 mil. Posteriormente a emissão de nosso relatório, a Administração da Assefaz, procedeu com os ajustes descritos na nota 21, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, que estão sendo reapresentadas. Consequentemente, estamos reemitindo nesta data o nosso relatório de auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em decorrência dos ajustes efetuados pela Administração nos saldos de 31 de dezembro de 2014.

Campo Grande, 29 de janeiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1

José Martins Alves  
Contador CRC - MS 9938/0